

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.648 - SP (2019/0303922-5)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DAUNEY OLIVEIRA FERNANDES**  
**ADVOGADO : DAUNEY OLIVEIRA FERNANDES - BA033967**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CAIO ROBERT OLIVEIRA FERNANDES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Caio Robert Oliveira Fernandes**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o HC n. 2181206-49.2019.8.26.0000.

Verifica-se dos autos que o paciente está preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 157, §2º, II, do Código Penal.

Alega-se na impetração que não foram apontados fundamentos idôneos para justificar a prisão cautelar, que estaria baseada apenas na gravidade abstrata do crime, sem a indicação de elementos concretos.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, ficaram devidamente demonstrados os indícios de autoria e a materialidade delitiva, bem como delineada a gravidade concreta do crime, observadas as circunstâncias em que foi praticado, que evidenciam periculosidade mais acentuada. Consta dos autos que o roubo foi praticado mediante **grave ameaça, com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes**.

Ademais, em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado

# *Superior Tribunal de Justiça*

constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indeferio-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, especialmente quanto ao atual andamento da ação penal.

Após a juntada das informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

